

CLARA ZETKIN E A(S) HISTÓRIA(S) DAS MULHERES. OCULTAÇÃO E AMBIGUIDADES.

Índice Crítico

CEMRI, Universidade Aberta

Resumo Pouco conhecida em Portugal, Clara Zetkin (1857-1933) foi, com Friedrich Engels (1820-1895) e August Bebel (1840-1913), a principal teórica da «questão das mulheres» no movimento operário revolucionário alemão e internacional.

O artigo procura contrariar a ausência de registo histórico sobre Clara Zetkin e sobre o movimento de mulheres que liderou durante quase 25 anos, no contexto da Alemanha imperial, entre 1890 e 1914, e em áreas de intervenção que são caras às feministas: movimentos de mulheres e direitos políticos.

Palavras-chave Clara Zetkin, socialismo, feminismo, liberalismo, Alemanha Imperial.

Abstract

Clara Zetkin and the Women's History. Occultation and Ambiguities.

Less well known in Portugal, Clara Zetkin (1857-1933) was with Friedrich Engels (1820-1895) and August Bebel (1840-1913) a major theoretician on the «women's question» in the German and international labour revolutionary movement.

This article aims to overcome the lack of historical records about Clara Zetkin and the women's movement that she led over 25 years, in the context of Imperial Germany, 1890-1914, in feminist crucial areas of intervention: women's movements and political rights.

Key-words Clara Zetkin, socialism, feminism, liberalism, Imperial Germany.

Résumé

Clara Zetkin et l'histoire(s) des femmes. Occultation et ambiguïtés.

Méconnue au Portugal, Clara Zetkin (1857-1933) a été avec Friedrich Engels (1820-1895) et August Bebel (1840-1913) la principale théoricienne de la «question féminine» dans le mouvement ouvrier révolutionnaire allemand et international.

Cette article cherche à renverser l'absence de trace historique sur Clara Zetkin et sur le mouvement de femmes qu'elle a dirigé pendant presque 25 ans, dans le contexte de l'Allemagne impériale, entre 1890 et 1914, dans des domaines d'intervention si chères aux féministes: les mouvements de femmes et les droits politiques.

Mots-clés Clara Zetkin, socialisme, féminisme, libéralisme, Allemagne Impériale.

É útil distinguir entre história – acontecimentos do passado – e história registada – acontecimentos do passado interpretados por sucessivas gerações de historiadores. A última é um produto cultural, pelo qual os acontecimentos do passado são seleccionados, ordenados e interpretados. É na história registada que as mulheres têm sido apagadas e marginalizadas.

Gerda Lerner¹

Esta explicação de Gerda Lerner é útil para ilustrar a ocultação de Clara Zetkin (1857-1933) na(s) História(s) das Mulheres e dos Feminismos.

Ao folhear o V volume da *História das Mulheres no Ocidente*, ficamos a saber, através da legenda de uma fotografia, que Clara Zetkin foi uma «destacada dirigente socialista alemã e uma das fundadoras da Segunda Internacional (...), uma das figuras máximas do movimento operário internacional» e a forma como colocou «a questão da mulher seguiu a ortodoxia marxista de subordinar a causa da mulher à luta de classes»². Não é incluída entre as «Figuras históricas» (Käppeli, 1994: 572) feministas no IV volume da *História das Mulheres no Ocidente* e, neste mesmo volume, é nomeada em conjunto com outras mulheres «raramente feministas» às quais as operárias terão recorrido quando confrontadas com a indiferença das *ladies*, e referida pela sua «violência antifeminista» contra Helene Lange e Lily Braun no combate a uma «frente do sexo» (Perrot, 1994: 514-6). Na história política dos feminismos, o nome de Clara Zetkin e do movimento de mulheres proletárias aparecem incluídos nas reacções «antifeministas» e associados à Igreja Católica (!) na refutação das reivindicações da «emancipação das mulheres» (Offen, 2000: 196). Antifeminista, pela responsabilidade de «proibir» qualquer aliança com as «feministas burguesas» (Bard, 1999:59), está como tal mencionada no século do antifeminismo.

Entre 1890 e 1914, durante a idade de ouro do feminismo europeu (Perrot, 1999), Clara Zetkin, o nome que se associa ao movimento de mulheres proletárias, foi uma das maiores líderes políticas e teóricas da «questão das mulheres» no campo revolucionário europeu e internacional. Após quase um quarto de século de trabalho organizativo entre as mulheres proletárias, tornou-se uma das principais figuras na oposição à I Guerra e destacada dirigente da Internacional Comunista. Parece que sempre fez alguma coisa, mas torna-se difícil encontrar referências do «grande movimento que liderou, quer na literatura feminista da história contemporânea, quer na história do socialismo» (Draper; Lipow, 1976: 179).

Como é que um movimento tão vasto em mobilização e militância, tão avançado em ideias, tão revolucionário na acção pode ter sido esquecido pelas mais famosas historiadoras feministas?

Tentando ultrapassar este vazio e arriscando a contaminação de «categorias políticas masculinas» que são inadequadas para «reconstruir a história das

¹ Gerda Lerner, *The Creation of Feminist Consciousness*, New York, Oxford University Press, 1993, p. 4.

² *História das Mulheres no Ocidente. O Século XX*, Porto, Edições Afrontamento, 1994, p. 284.

mulheres porque (...) suprimem a política feminista» (Gerhard, 1982: 561), foi necessário procurar outros registos para ultrapassar a exclusão a que foi sujeito, nas Histórias das Mulheres e dos Feminismos, o maior movimento de mulheres proletárias da Europa³ que Clara Zetkin liderou e ajudou a erigir.

Durante o século XIX, a «questão da mulher», tal como a «questão social», ocupou o vasto debate europeu sobre a mudança social e política. O debate foi redobrado por vários factores relacionados entre si, entre os quais, a industrialização, as mudanças demográficas, a agitação operária e o desafio político do socialismo emergente. Na viragem do século, o desenvolvimento industrial alemão assentou num forte crescimento da classe operária e na intensificação da feminização do trabalho fabril, o número de mulheres na indústria aumentou mais depressa do que a mão-de-obra masculina dando lugar a uma mudança no debate sobre a «questão da mulher» e no carácter das exigências sobre a emancipação das mulheres.

O ressurgimento dos movimentos de mulheres em 1890 coincidiu com a intensificação da vida política e cultural após a morte do imperador Guilherme I, a demissão de Bismark, a revogação das Leis Anti-Socialistas⁴ e a legalização do *Partido Social Democrata da Alemanha* (SPD)⁵. Mas, apesar deste quadro favorável, a actividade política e sindical das mulheres continuou a ser proibida por uma disposição legal. Desde 1850, na maioria dos Estados alemães, e sobretudo na Prússia e na Baviera, os mais populosos e onde as disposições foram mais restritivas (Mutert, 1996), as mulheres estavam proibidas de aderir e de participar em organizações políticas e em reuniões onde o assunto fosse político⁶. A lei que vigorou durante 57 anos foi zelosamente aplicada contra as mulheres das organizações operárias e do SPD e só foi revogada em 1908 (Hackett, 1976; Evans, 1987; Sowerwine, 1987; Badia, 1993; Mutert, 1996).

³ Em 1914, o movimento das proletárias alemãs contava com mais de 175.000 mulheres, o dobro do total de membros do *Partido Socialista Francês* (Evans, 1987; Sowerwine, 1987; Thébaud, 1995).

⁴ Leis Anti-Socialistas (1878-1890). Série de actos legislativos destinados a restringir a influência do Partido Socialista Operário Alemão da responsabilidade de Otto von Bismark, chanceler do Império Alemão entre 1871 e 1890 que receava o desencadear de uma revolução social na Alemanha, semelhante à ocorrida em França e que originou a Comuna de Paris (1871). Embora o partido não tivesse sido banido, a sua actividade foi drasticamente reduzida, foram proibidas as organizações sindicais e todas as reuniões com o objectivo de divulgar ideias socialistas, foram encerrados cerca de 45 jornais e proibida a circulação de literatura socialista. Alguns dirigentes socialistas foram presos e levados a julgamento. Outras leis restringiram o emprego das mulheres.

⁵ Em 1890, o *Partido Socialista Operário Alemão* muda a sua designação para *Partido Social Democrata da Alemanha* (SPD). O *Partido Socialista Operário Alemão* resulta da fusão, em 1875, da *Associação Geral dos Operários Alemães* (1862) com o *Partido Operário Social-Democrata*, fundado em 1869 por August Bebel e Karl Liebknecht (1871-1919).

⁶ Em 1887, o *Supremo Tribunal da Alemanha*, produz uma interpretação do que é político: «todos os assuntos que se refiram à Constituição, administração, legislação, direitos dos cidadãos e relações internacionais entre países», citado em Gerhard, 1982:562.

Movimento de mulheres proletárias

É neste quadro de difícil intervenção que Clara Zetkin percorre toda a Alemanha em debates e reuniões, procurando alargar as bases da organização de mulheres proletárias:

Se queremos obter uma organização de mulheres poderosa nos domínios político e económico, então devemos, em primeiro lugar, assegurar a liberdade de movimento das mulheres, lutando contra a indústria caseira, pela diminuição das horas de trabalho e, acima de tudo, contra aquilo que as classes dominantes gostam de chamar de direito à organização⁷.

As condições específicas resultantes destas leis repressivas forçaram o SPD a desenvolver uma organização separada para as mulheres, que se tornou «no maior movimento de mulheres da Europa, senão do mundo» (Sowerwine, 1987:400) e uma referência pela qual todos os movimentos de mulheres socialistas eram avaliados (Honeycutt, 1979).

As mulheres socialistas começaram a organizar-se após a legalização do SPD, no início da década de 90 do século XIX. De modo a permitir a participação das mulheres na vida partidária, os estatutos do SPD (1890) passaram a incluir uma estrutura organizativa independente da dos homens e a possibilidade de eleição, em reuniões especiais de mulheres, de delegadas⁸ aos congressos partidários (Honeycutt, 1979; Sowerwine, 1987; Badia, 1993). Em cada um dos congressos que decorreram entre 1890 e 1913, pelo menos uma mulher esteve integrada na comissão que os dirigia. Em 1895, Clara Zetkin é eleita membro da Comissão de Controlo do SPD, sendo a «primeira mulher alemã» a integrar os órgãos de um partido político (Badia, 1993; Nunes, 2004).

Este foi um processo sem paralelo dado que antes de 1910 nenhum outro partido alemão «admitiu mulheres como membros, embora alguns aceitassem mulheres em tarefas auxiliares» (Sowerwine, 1987:415). A partir de 1900, e por proposta de Clara Zetkin, as mulheres do SPD organizaram conferências bienais de mulheres para propor ao Congresso do partido as resoluções aí adoptadas. A última conferência tem lugar em 1908 porque a direcção do SPD decidiu não convocar a conferência de 1910.

Com a revogação da lei de associação (1908), o SPD dissolveu a organização separada de mulheres, mas Clara Zetkin argumentou com a necessidade de uma organização específica de mulheres e foi encontrada uma solução de compromisso: o comité de mulheres estaria na dependência da direcção do partido, como responsável e representante no Comité Executivo foi cooptada Luise Zietz⁹.

⁷ Clara Zetkin (1896), *Só com as mulheres proletárias o socialismo vencerá!*, in OMC (2007: 127-40).

⁸ *Vertrauenspersonen*. Em 1901, são 25 as delegadas ao congresso do SPD; em 1907 são 407 (Badia, 1993).

⁹ Luise Zietz (1865-1922). Responsável pelo movimento de mulheres no SPD depois da integra-

A legalidade possibilitou que o movimento de mulheres proletárias florescesse. No período de um ano, o número de mulheres no SPD duplicou, chegando a 62.000, o que correspondia a 10% do total de membros, e em 1914 o número de mulheres era 174.751 (16,1%). A organização separada de mulheres tinha dado os seus frutos (Sowerwine, 1987).

O trabalho de esclarecimento entre as mulheres foi desde sempre uma prioridade das dirigentes do SPD. Emma Ihrer¹⁰, uma proeminente activista socialista, iniciou o esforço de propaganda com o jornal *Die Arbeiterin* (A Operária). Em 1891, em conjunto com Clara Zetkin, recém-chegada à Alemanha depois de nove anos em Paris, fundaram *Die Gleichheit* (A Igualdade), uma nova publicação dirigida às mulheres e cuja responsabilidade como redactora-chefe Clara Zetkin assegurou durante 25 anos, desde o seu primeiro número, a 11 de Janeiro de 1892, até 1917. Muito embora o subtítulo esclarecesse que o jornal defendia os «interesses das operárias», Clara Zetkin teve necessidade de referir, desde o início, de que se tratava de um instrumento destinado às militantes mais conscientes e não à massa de mulheres trabalhadoras.

A função do *Die Gleichheit* é da maior importância e contribuiu de forma decisiva para o desenvolvimento e organização do movimento de mulheres proletárias na Alemanha, e quando Clara Zetkin foi eleita Secretária da Internacional de Mulheres Socialistas (1907), o *Die Gleichheit* tornou-se também o seu órgão oficial. Os temas variados reflectiram as condições de existência das mulheres nos finais do século XIX e princípios do século XX: as lutas pelo direito ao voto, pelo acesso à educação e às profissões, a proibição do casamento das professoras primárias ou a proibição de participação e de associação política das mulheres... Não houve número que não informasse sobre o calendário de reuniões locais, das acções de outros grupos de mulheres e da actividade internacional. Através dos seus artigos, e num grande número de questões, Clara Zetkin munuiu o movimento de mulheres proletárias com posições teóricas e estratégicas muito claras e a sua intensa actividade e a firme orientação política acentuaram «o conflito inextinguível entre as feministas e as proletárias» (Quataert, 1978:114).

A «questão da mulher» foi bem explicitada na comunicação de Clara Zetkin ao Congresso de Gotha do SPD (1896):

... a questão das mulheres só está presente nas classes da sociedade que são, elas próprias, resultado do modo de produção capitalista... Existe uma questão das

ção (1908). Em 1917, é expulsa do SPD devido à sua posição contra a orientação do partido sobre a Grande Guerra e adere, como Clara Zetkin, e mais 20.000 militantes do SPD, ao *Partido Social Democrático Alemão Independente* (USPD).

¹⁰ Emma Ihrer (1857-1911). Em 1885, Emma Ihrer e Gertrud Guillaume-Schack (1845-1903) fundam a *Associação de Defesa das Operárias de Berlim* (*Berliner Arbeiterinnenverein*) e editam o jornal *Die Staatsbürgerin* (A Cidadã), que estabelece a ligação entre as associações de operárias, publica informação sobre as reuniões, lutas salariais, dados estatísticos sobre condições de trabalho e salários. A associação e o jornal são fechados seis meses depois pela polícia.

mulheres para as mulheres do proletariado, da burguesia, da camada intelectual e da elite dirigente. A questão assume diferentes formas de acordo com a situação de classe de cada uma destas camadas¹¹.

Sem retirar legitimidade aos desejos das mulheres burguesas, considerando «completamente justificados os empreendimentos económicos, tal como os intelectuais e morais defendidos pelas mulheres burguesas»¹², Clara Zetkin lembrou que as reformas preconizadas pelas feministas burguesas para melhorar, um pouco, a vida das proletárias não iriam produzir alterações significativas na condição das operárias. Por isso, destacou as diferenças existentes entre os objectivos de luta das mulheres proletárias e das mulheres burguesas:

Comprometida na luta de classe, a proletária tem a mesma necessidade de igualdade jurídica e política que a mulher da pequena e média burguesia e das intelectuais. Trabalhadora dispondo da sua autonomia, ela tem a mesma necessidade que a grande burguesa de dispor livremente do seu salário. Mas apesar de todos estes pontos de contacto no plano das reivindicações jurídicas e políticas, a proletária não tem nada em comum com as mulheres das outras classes no que respeita aos seus interesses económicos decisivos. Da mesma forma, a emancipação da proletária não será obra das mulheres de todas as classes, será unicamente a obra do conjunto do proletariado sem distinção de sexo¹³.

Movimento de mulheres burguesas

Nenhuma dirigente do movimento de mulheres proletárias foi convidada para o congresso fundador da *Federação Alemã das Associações de Mulheres* (BDF)¹⁴ que ocorreu em 1894. Gertrud Bäumer¹⁵, uma das dirigentes mais influentes, escreverá no seu *Manual do Movimento de Mulheres* (1901):

A fundação da Federação (1894) obrigou pela primeira vez o conjunto do movimento burguês de mulheres a situar-se em relação ao movimento das proletárias provocando debates vivos aquando da Assembleia Constituinte. Tratava-se de saber se a BDF deveria apelar as sociais-democratas e as associações de operárias a aderirem¹⁶.

¹¹ Clara Zetkin (1896), *Só com as mulheres proletárias o socialismo vencerá!*, in OMC (2007: 127-40).

¹² *Idem*.

¹³ Citado por Badia, 1993:53.

¹⁴ *Bund Deutscher Frauenvereine*.

¹⁵ Gertrud Bäumer (1873-1954). Professora, jornalista e política alemã, foi presidente da BDF entre 1910 e 1919.

¹⁶ Citado por Thalmann, 2004: 240.

De facto, a assembleia optou pela exclusão, apesar de algumas delegadas terem apresentado uma moção em defesa da cooperação com as socialistas (Sowerwine, 1987; Frevert, 1990; Badia, 1993). Como possível explicação desta atitude estariam os cuidados a ter com a polícia devido à legislação repressiva, os mesmos cuidados que presidiram à elaboração dos objectivos da BDF (Frevert, 1990; Kämpelli, 1994; Offen, 2000) e talvez um outro, mais importante, o de não melindrar as organizações filiadas mais conservadoras (Hackett, 1976; Frevert, 1990; Badia, 1993).

Muito referida tem sido a «ruptura» ou «ruptura definitiva» situada entre a data de constituição da BDF, quando «as burguesas, liberais e conservadoras» excluem «as associações de operárias» (Kämpelli, 1994: 552), e a realização na Alemanha do Congresso Feminista Internacional¹⁷. Esta «ruptura» entre socialistas e feministas, embora situada no tempo, carece de clarificação sobre o tipo de relações existentes no período que a antecede.

A BDF era composta por associações de cariz filantrópico e de caridade e por associações de mulheres que incluíam, além da *Associação Geral de Mulheres Alemãs*¹⁸ e da *Associação Geral das Professoras Alemãs*¹⁹, um conjunto de associações educativas, profissionais e religiosas, nacionais e locais (Frevert, 1990; Badia, 1993; Offen, 2000). Apenas quatro associações nacionais tinham sido fundadas antes da constituição da BDF e a maioria (22) foi constituída entre 1894 e 1907 (Frevert, 1990). As associações religiosas tinham um peso importante, as Evangélicas aderiram em 1899, as Católicas em 1903 e a *Federação de Mulheres Judias*²⁰ no mesmo ano da sua formação, em 1904.

Os direitos das mulheres, nomeadamente o direito ao voto, eram para a maioria das dirigentes da BDF um «tabu» e não viam qualquer interesse em manter contactos com as revolucionárias do SPD (Offen, 2000: 204), preferindo conservar a sua actuação nos limites do trabalho assistencialista e intervindo publicamente sobre os seus temas de eleição – a educação e o trabalho social.

Esta orientação incomodou a minoria mais progressista que, depois de várias tentativas para incluir no programa da BDF algumas exigências legais e políticas, acaba por formar a *União de Associações de Mulheres Progressistas*²¹, que permaneceu independente até 1907.

Em 1902, foi fundada a *Associação Alemã para o Sufrágio das Mulheres*²², que se filiou na BDF para pressionar a introdução das exigências sobre o voto mas a BDF

¹⁷ Congresso Feminista Internacional (Berlim, 1896), reuniu 1.700 delegadas de 14 países.

¹⁸ *Allgemeiner Deutscher Frauenverein*. Formada em Leipzig (1865) por Louise Otto-Peters (1819-1895), a «democrata vermelha», e Auguste Schmidt (1833-1902), a partir de uma convocatória das associações locais dedicadas à formação e ao trabalho das mulheres, que ficou conhecida pela *Batalha das Mulheres de Leipzig* e na qual se constituiu a *Associação Geral de Mulheres Alemãs*.

¹⁹ *Allgemeiner Deutsche Lehrerinnenverein*, fundada por Helene Lange, em 1890.

²⁰ *Jüdischer Frauenbund*.

²¹ *Verband Fortschrittlicher Frauenvereine*, fundada em Berlim, em 1899, entre outras, por Minna Cauer (1841-1922) e Anita Augspurg (1857-1943), integrando a BDF em 1907.

²² *Deutscher Verein für das Frauenstimmrecht*, fundada em 1902 por Anita Augspurg e Linda Gustava Heyman (1869-1943), integrando a BDF em 1904.

manteve a ideologia da maternidade espiritual²³ na redacção do programa em 1907, insistindo no reconhecimento da vocação das mulheres para o casamento e maternidade e, ao mesmo tempo, enunciando a importância do trabalho social e fazendo exigências sobre algumas reformas: a igualdade de salários e as leis do casamento (Offen, 2000). A maioria destas feministas acreditava que as mulheres estavam predestinadas para a «função suprema» da maternidade, como, por exemplo, Helene Lange²⁴, que considerava que este destino estava determinado pela sua «constituição física e psíquica» (Frevert, 1990: 126). Tal como a maternidade foi usada «como um argumento de mudança – de obtenção do poder» (Vaquinhas, 2000: 48), também o trabalho social e a acção filantrópica, se inscrevem «no processo de emancipação das mulheres burguesas» (Käppeli, 1994: 561). Muitas feministas proeminentes do movimento de mulheres burguesas eram da opinião de que «as mulheres da classe média tinham a obrigação moral de aceitar a responsabilidade pelos menos privilegiados» (Schöder; Schüller, 2004: 128). Alice Salomon²⁵, uma das principais fundadoras do serviço social na Alemanha e membro do Comité Executivo da BDF, declarava que o trabalho social ajudava «as jovens a melhorar um pouco as suas condições de vida; e liberta-nos da culpa que acarreta o luxo irresponsável» (Schöder; Schüller, 2004: 132).

À imagem dos partidos, «a aliança entre as conservadoras e as liberais no seio da BDF, consegue bloquear todas as tentativas de reformas» (Thalmann, 2004: 240) como, por exemplo, a reforma do Código Civil e Penal, a reforma sexual e a abolição do controle estatal sobre a prostituição. No *Reichstag*, apenas os deputados do SPD e os poucos da ala esquerda dos partidos liberais lutavam pela igualdade entre os sexos; contra a igualdade estavam sempre os conservadores do *Centro Católico*²⁶ e dos partidos liberais (Frevert, 1990; Badia, 1993; Thalmann, 2004).

Em 1908, a BDF recusou a admissão da *Federação para a Protecção das Mães e da Reforma Sexual*²⁷, cujos objectivos não eram adequados à composição social da maioria...; o seu manifesto defendia a liberdade sexual, o casamento sem registo e uma forte protecção às mães solteiras e das suas crianças. Na mesma assembleia que decidiu a não admissão da *Federação para a Protecção das Mães e da Reforma Sexual*, a proposta de legalização da contracepção e do aborto foi derrotada, erigindo-se o seguinte argumento:

Para ganhar a batalha da supremacia alemã no mundo, precisamos de pessoas capazes de defender as nossas realizações contra as hordas inimigas. Precisamos de gente para popular as nossas colónias e as que ainda nos faltam conquistar²⁸.

²³ *Geistige Mütterlichkeit*.

²⁴ Helene Lange (1847-1930).

²⁵ Alice Salomon (1872-1948). Criou a primeira escola de Serviço Social (Berlim, 1908) e foi determinante para a implantação do trabalho social como profissão.

²⁶ *Deutsche Zentrumspartei – Zentrum*.

²⁷ *Bund für Mutterschutz und Sexualreform*, fundada em 1905 por Helene Stöcker (1869-1943).

²⁸ Citado por Thalmann, 2004:241.

Em 1913, existiam na BDF 46 associações. E embora as suas dirigentes se assumissem ideologicamente «entre o centro e a ala esquerda dos partidos liberais» e mantivessem a ideia estatutária de que a BDF tinha um carácter apolítico (Frevert, 1990: 125), nela estavam filiadas uma variedade de associações muito poderosas e muito conservadoras que tinham, naturalmente, os seus próprios aliados.

A *Federação de Mulheres Católicas*²⁹ era uma «firme aliada do Partido Católico» (Frevert, 1990:173). A «ala política» da *União de Mulheres Evangélicas*³⁰, com um milhão e meio de mulheres, era a *Federação de Mulheres Evangélicas da Alemanha*³¹ e mantinha um «estreito contacto» com os conservadores do *Partido Nacional Popular*³². A *União Nacional de Associações Alemãs de Donas de Casa Rurais*³³ e a *União Nacional de Associações Alemãs de Donas de Casa*³⁴, as associações mais conservadoras e com enorme peso político no seio da BDF, movimentavam cerca de 200.000 mulheres, eram também aliadas do *Partido Nacional Popular*, o mesmo aliado da *Federação Colonial de Mulheres da Alemanha*³⁵, cuja missão consistia em enviar mulheres para as colónias alemãs afim de impedir os casamentos inter-raciais (Hackett, 1976; Frevert, 1990). Em 1933, estas associações «aceitaram de bom grado» o repto de fidelidade a Hitler, a sua dissolução e integração no *Corpo de Mulheres Nacional-Socialistas*³⁶ (Frevert, 1990: 212).

A alteração da lei de associação (1908) proporcionou uma maior aproximação das dirigentes da BDF aos partidos favoráveis à política imperialista alemã (Thalmann, 2004).

Após a demissão de Maria Stritt³⁷ em 1910, Gertrud Bäumer tornou-se a 2.ª presidente da BDF. Esta antiga professora, com origens no protestantismo nacional liberal, foi discípula e companheira de Helene Lange durante 30 anos. Sob a sua presidência, a «ala direita» da BDF ganhou muito peso e a minoria progressista teve nova derrota por defender, como as socialistas, o sufrágio sem condições, enquanto a maioria da BDF advogou o sistema censitário (Thalmann, 2004).

Gertrud Bäumer foi entusiasta da política militarista alemã e com o apoio da grande maioria das dirigentes da BDF mobilizou as mulheres para o serviço da guerra imperial e imperialista. No dia em que a guerra foi declarada, a 1 de Agosto de 1914, as dirigentes do «movimento de mulheres burguesas ultrapas-

²⁹ *Katholischer Frauenbund*, que integrou a BDF em 1903.

³⁰ *Evangelisches Frauenwerk*.

³¹ *Deutsch-Evangelischer Frauenbund*, que integrou a BDF em 1899.

³² *Deutschnationale Volkspartei*, (DNVP).

³³ *Reichsverband Landwirtschaftlicher Hausfrauenvereine*, que integrou a BDF em 1914.

³⁴ *Reichsverband Deutscher Hausfrauenvereine*, que integrou a BDF em 1915.

³⁵ *Deutschkolonialer Frauenbund*, que integrou a BDF em 1907.

³⁶ *Nationalsozialistisch Frauenschaft*, fundada em 1931.

³⁷ Maria Stritt (1855-1928).

sam-se com declarações enfáticas de lealdade, de sacrifício e de devoção incondicional», dia que Gertrud Bäumer recordará saudosamente como tempos que «representaram o pico solene das vidas da nossa geração»³⁸.

A Grande Guerra marcou a ruptura definitiva entre as radicais e a maioria da BDF e determinou também um período gélido entre a BDF e as organizações internacionais. Gertrud Bäumer, rejeitou o convite para participar na Conferência Internacional de Mulheres, realizada em 1915 (Haia)³⁹, declarando que «a propaganda desta conferência assim como a participação é incompatível com as crenças patrióticas e o dever nacional do movimento de mulheres alemão» (Bereswill; Wagner, 1998) e expulsou dos seus órgãos dirigentes as feministas que aí participaram. Esta decisão surpreende Ludwig Quidde⁴⁰, que «como companheiro liberal e membro do Partido Progressista da Alemanha», a questiona: «como é que um proponente da reforma democrática poderia penalizar outros por terem agido de acordo com as suas consciências» (Braker, 1995:103).

Na Alemanha, como em outros países europeus, «as feministas são apoiadas politicamente e financeiramente pelos liberais» (Käppeli, 1994: 566) e as ligações entre as feministas burguesas e os políticos liberais estão bem documentadas (Hackett, 1976). Muitos apoiantes da causa feminista estavam no campo liberal e até conservador. Adelheid von Bennigsen⁴¹, dirigente das mulheres evangélicas, era filha de Rudolf von Bennigsen⁴², fundador e primeiro presidente do *Partido Nacional Liberal*⁴³, formado por liberais das grandes empresas industriais da Prússia. A feminista Julie Bassermann era mulher do líder do *Partido Nacional Liberal*, Ernst Basserman⁴⁴. Hellmut von Gerlach⁴⁵ discursava em reuniões feministas e Ernst Müller-Meiningen⁴⁶, deputado pelo *Partido Progressista da Alemanha*, estava convicto de que «o movimento de mulheres burguesas só pode encontrar protecção dos seus interesses legítimos no liberalismo progressista» (Hackett, 1976: 134).

Gertrud Bäumer, considerada uma das «figuras históricas feministas» (Käppeli, 1994:572), irá exercer uma enorme influência nas mulheres da classe

³⁸ Citado por Frevert, 1990:152.

³⁹ Conferência de mulheres pacifista realizada em Haia (Holanda), da iniciativa da holandesa Aletta Jacobs (1854-1929) e Anita Augspurg. Clara Zetkin enviou uma saudação de simpatia à conferência pacifista.

⁴⁰ Ludwig Quidde (1858-1941). Pacifista alemão e dirigente da *Sociedade da Paz da Alemanha* (*Deutsch Friedensgesellschaft*). Entre 1907 e 1919, foi deputado liberal da Baviera e em 1919 aderiu ao *Partido Democrático da Alemanha* (DDP). Foi um grande opositor das condições impostas à Alemanha pelo Tratado de Versalhes. Em 1927 foi-lhe atribuído o prémio Nobel da Paz.

⁴¹ Adelheid von Bennigsen (1861-1938).

⁴² Rudolf von Bennigsen (1824-1902).

⁴³ *Nationalliberale Partei*.

⁴⁴ Ernst Basserman (1854-1917).

⁴⁵ Hellmut von Gerlach (1866-1935). Redator do *Das Volk*, companheiro de Naumann e membro do DDP.

⁴⁶ Ernst Müller-Meiningen (1866-1944).

média alemã, graças, nomeadamente, ao seu papel como redatora-chefe do jornal *Die Frau* (1893-1944) e como editora da *Die Hilfe*⁴⁷ (1912-1943). Trabalhou em estreita colaboração com Friedrich Naumann⁴⁸ e Theodor Heuss⁴⁹ de quem era amiga e cooperou com a *Associação Nacional Social*⁵⁰. Em 1911, integra o Comité Executivo do *Partido Progressista da Alemanha*, embora em 1910 a sua proposta de inclusão de direitos políticos para as mulheres ter sido recusada para integrar o programa do partido. De novo, em 1912, sob proposta do comité de mulheres, a inclusão da «igualdade de direitos para as mulheres» foi rejeitada pelo Comité Executivo (Hackett, 1976:132). Na opinião de Clara Zetkin, e dado que, «a sociedade burguesa não tem uma posição de princípio oposta aos movimentos burgueses de mulheres» estas recusas sucessivas em reconhecer a igualdade política eram devidas apenas ao temor dos homens pela «batalha da competição nas profissões liberais» até porque a «garantia da igualdade política das mulheres não altera o actual equilíbrio de poder»⁵¹.

O fim da guerra e a revolução alemã de 1918 originaram uma reorganização das forças partidárias, na qual participaram as mulheres da BDF. Gertrud Bäumer aderiu ao *Partido Democrático da Alemanha* (DDP), tal como Marianne Weber⁵², a 3.ª presidente da BDF (1919 e 1924), que também foi deputada do DDP entre 1919 e 1932 (Frevert, 1990). Sucedendo-se na liderança, Bäumer e Weber organizaram o trabalho preparatório para as eleições e a BDF associou-se a outras organizações e às mulheres dos partidos conservadores e liberais na formação do *Comité para a Preparação das Mulheres para a Assembleia Nacional*⁵³ que produziu materiais informativos dirigidos ao eleitorado feminino (Frevert, 1990). O acto eleitoral decorreu a 19 de Janeiro de 1919. As deputadas fizeram a sua estreia na Assembleia *Weimar* e pelo menos «10 das 16 mulheres burguesas tinham as suas raízes na BDF» (Frevert, 1990: 169), entre as proeminentes Gertrud Bäumer e Marie-Elisabeth Lüders pelo DDP.

⁴⁷ Publicação semanal de política e literatura, fundada em 1895 por Friedrich Naumann. Theodor Heuss foi editor entre 1905 e 1912, sendo sucedido por Gertrud Bäumer.

⁴⁸ Friedrich Naumann (1860-1919). Jornalista e político liberal. Em 1896 fundou a *Associação Nacional Social* (*Nationalsozialer Verein*, NSV), um partido fundado em princípios protestantes para fazer oposição ao SPD e trabalhou activamente para a unificação partidária das facções liberais que levaram à formação, em 1910, do *Partido Progressista da Alemanha* (*Fortschrittliche Volkspartei*, FVP). Em Novembro de 1918, durante a revolução alemã, fundou e tornou-se o líder do *Partido Democrático da Alemanha* (*Deutsche Demokratische Partei*, DDP).

⁴⁹ Theodor Heuss (1884-1963). O primeiro presidente da República Federal Alemã (1949-54 e 1954-59). Político liberal do FVP entre 1910 e 1918, deputado do DDP entre 1924 e 1933, data em que votou favoravelmente a proposta de plenos poderes para Hitler. Foi um activista na fundação do *Partido Democrata Livre* (*Freie Demokratische Partei*, FDP), do qual se tornou líder em 1948.

⁵⁰ *Nationalsozialer Verein*. Dissolvida em 1903 para integrar a *União Liberal Livre* (*Freisinnige Vereinigung*) que, em 1910, se irá fundir no *Partido Progressista da Alemanha* (*Fortschrittliche Volkspartei*, FVP).

⁵¹ Clara Zetkin (1896), *Só com as mulheres proletárias o socialismo vencerá!*, in OMC (2007: 127-40).

⁵² Marianne Weber (1870-1950).

⁵³ *Ausschuß zur Vorbereitung der Frauen für die Nationalversammlung*.

Pouco tempo depois, surgiram os primeiros grupos nacional-fascistas e em Junho de 1923, Clara Zetkin pronuncia-se sobre este perigo:

O fascismo é actualmente a expressão mais forte, a mais concentrada, a expressão clássica da ofensiva geral da burguesia mundial... É bem evidente que triunfaremos sobre este pérfido inimigo tanto melhor quanto mais clara e precisa for a imagem que tivermos da sua natureza e dos seus efeitos⁵⁴.

Com a subida espectacular do nazismo nas eleições legislativas de 1930, e a criação do *Corpo de Mulheres Nacional-Socialistas*, a BDF, que nunca apoiou candidatas socialistas ou comunistas às eleições, cooptou para a sua direcção uma simpatizante nazi (Thalmann, 2004).

Em 1932, deputada do *Partido Comunista da Alemanha* e apesar de inúmeras ameaças para que não discursasse⁵⁵, Clara Zetkin pronunciou, na qualidade de deputada mais velha, o discurso inaugural de abertura⁵⁶ do Parlamento alemão, repleto de nazis:

Senhoras e senhores, o Parlamento reúne-se numa situação em que a crise do capitalismo no seu declínio oprime as largas massas trabalhadoras da Alemanha e lhes inflige os mais horríveis sofrimentos⁵⁷... A manter-se o desmantelamento das convenções colectivas e dos órgãos de conciliação, os salários de miséria vão baixar ainda mais...

A impotência do Parlamento e o todo poderoso gabinete presidencial são a expressão da decadência do liberalismo burguês que acompanha, necessariamente, o desmoronamento do modo de produção capitalista. Esta decadência deve-se, inteiramente, à social-democracia reformista que se coloca, em teoria e na prática, no terreno podre da ordem social burguesa...

No ano seguinte, após a atribuição de plenos poderes a Hitler votada pelo *Partido do Centro Católico*⁵⁸, as organizações de mulheres são convidadas a colaborar com o novo regime, são dissolvidas se resistem, e outras autodissolvem-se, como é o caso da BDF⁵⁹ (Frevert, 1990). As organizações comunistas e do movi-

⁵⁴ Discurso pronunciado a 20 Junho de 1923, na Assembleia plenária alargada do Comité Executivo da Internacional Comunista, in Clara Zetkin (1980), *La lutte contre le fascisme*, p. 392.

⁵⁵ Numa carta anónima assinada por um «nacional-socialista» a ameaça era explícita: «Se tiver o descaramento de inaugurar a sessão do Parlamento, vamos descê-la da tribuna pelas orelhas e atirá-la para fora a pontapé. É o tratamento que convém à maldita rés vermelha». A imprensa nazi e de direita considerou indigno que «uma judia comunista», uma «porca» culpada de «alta traição» pudesse inaugurar a sessão parlamentar (Badia, 1993: 302).

⁵⁶ *É preciso abater o fascismo!*, discurso de Clara Zetkin a 30 de Agosto de 1932, in OMC (2007: 189-92)

⁵⁷ Em 1932 a Alemanha contava com seis milhões de desempregados.

⁵⁸ Alguns deputados liberais também votaram favoravelmente, como foi o caso de Theodor Heuss.

⁵⁹ Até 1938, as organizações de mulheres católicas estiveram protegidas pela Concordata assinada entre o Vaticano e Hitler, em 1933. Em 1928, estavam filiadas 250.000 mulheres e as várias

mento operário são proibidas e desmanteladas, e os seus membros aprisionados ou sumariamente executados. Contudo, algumas antigas dirigentes da BDF e militantes dos partidos liberais «escolheram adaptar-se» como Gertrud Bäumer, Marie-Elisabeth Lüders⁶⁰ ou Agnes von Zahn-Harnack⁶¹, (Thalmann, 2004: 246) e a maioria das associações de mulheres burguesas «parecem ter oferecido pouca resistência à assimilação pelo aparato nazi» (Frevert, 1990: 212).

Em Março de 1933, Clara Zetkin usa da palavra em público, pela última vez, nas comemorações do Dia Internacional da Mulher, em Archangelskoïe, perto de Moscovo, depois de ter sido condecorada com a Ordem de Lenine. Morre antes de completar 76 anos, a 20 de Junho de 1933. No anúncio da sua morte, o Comité Executivo da Internacional Comunista, escreveu:

Os operários e as operárias de todos os países que lutam pela sua libertação honram nela a heroína revolucionária⁶².

Em Outubro, começam a chegar ao campo de concentração de mulheres, em Moringen⁶³, na Baixa Saxónia, as primeiras prisioneiras, comunistas e judias, cuja supervisão estava a cargo do *Corpo de Mulheres Nacional-Socialistas*.

Gertrud Bäumer irá manter-se na direcção da *Die Frau* até ao fim da ditadura nazi, conseguindo a necessária autorização do Ministério da Propaganda para a sua publicação (Thalmann, 2004).

O direito das mulheres ao voto

A maior parte das referências às lutas pelo direito ao voto das mulheres atribui um lugar de destaque às sufragistas, ou a movimentos de mulheres da classe média, ocultando a posição dos movimentos de mulheres operárias e socialistas, afirmando, por exemplo, que estes consideravam «os direitos políticos das mulheres subordinados ao avanço económico dos homens da classe trabalhadora» (Kaplan, 1985: 165). Mas, na verdade, antes do final do século XIX, o direito das mulheres ao voto integrou os programas dos partidos socialistas operários europeus⁶⁴ como exigência do sufrágio universal para os dois sexos (Evans, 1987).

associações de mães e jovens ligadas à Igreja Católica ultrapassavam 1.660.000, a maior organização da Alemanha.

⁶⁰ Marie-Elisabeth Lüders (1878-1966). A primeira mulher a obter o doutoramento na Alemanha (1912). Em 1919 tomou o lugar parlamentar (DDP) deixado vago pela morte de Friedrich Naumann.

⁶¹ Agnes von Zahn-Harnack (1884-1950). A última presidente da BDF.

⁶² Citado por Gilbert Badia, Prefácio, in Clara Zetkin (1980: 65).

⁶³ O Campo de Concentração de Moringen foi utilizado para mulheres entre Outubro de 1933 e Março de 1938. A população era aproximadamente de 1.350 mulheres de toda a Alemanha, na sua grande maioria comunistas, activistas do movimento operário e judias.

⁶⁴ Os socialistas franceses em 1879, os austríacos em 1888, os alemães em 1890, os bolcheviques em 1903 e foi integrado nas decisões do Congresso de Paris da II Internacional (1900).

Na Alemanha, como em outros países da Europa, a luta pelo direito ao voto não foi liderada pelas mulheres da classe média, ou pelas suas organizações feministas⁶⁵, mas pelas mulheres das organizações proletárias, cujo movimento mais impressionante foi sem dúvida o das mulheres do SPD lideradas por Clara Zetkin (Quataert, 1878; Evans, 1987; Sowerwine, 1987; Badia, 1993).

Apesar de largamente documentado, este facto recebe um tratamento ambíguo por parte de algumas historiadoras e que é extensivo a Clara Zetkin no que diz respeito ao seu empenho nesta luta, tornando difícil compreender, por exemplo, a referência sobre o seu «abandono do sufrágio» (Perrot, 1994: 516), a ideia de que as «sufragistas tinham bons motivos para supor que o movimento operário só se interessava pelo direito ao voto dos seus homens» (Bock, 2001: 173), ou ainda a insinuação de que só em 1907, na primeira Conferência Internacional de Mulheres Socialistas, Clara Zetkin teria «respondido» às exigências feministas sobre o voto com uma «proposta alegórica de sufrágio sem restrições para as mulheres», rendendo-se ao «objectivo feminista “burguês”» (Offen, 2000: 206).

Clara Zetkin, que sempre defendeu o alargamento dos direitos políticos da classe proletária, sem distinção de sexo, não enfatizou o direito ao voto na sua primeira grande intervenção pública no Congresso Internacional Operário⁶⁶, onde acentuou a importância do trabalho e da independência económica das mulheres para a sua emancipação:

Os países onde existe o sufrágio dito universal, livre e directo, mostram-nos que na realidade ele não vale nada. O direito de voto sem liberdade económica não é nem mais nem menos que um cheque sem provisão⁶⁷.

Mas, em 1891, no Congresso do SPD (Erfurt), realizado após a revogação das Leis Anti-Socialistas, Clara Zetkin e August Bebel⁶⁸ conseguiram que o congresso aprovasse, por larga maioria, o sufrágio universal sem distinção de sexo (Frevert, 1990: 141), e a abolição «de todas as leis que colocam a mulher em desvantagem quando comparada com o homem, seja na capacidade pública ou privada» (Sowerwine, 1987:405; Offen, 2000: 168).

⁶⁵ A exigência do voto para as mulheres, mas não do voto universal, só foi formulada por algumas associações feministas alemãs em 1902 (Evans, 1987).

⁶⁶ O Congresso Internacional Operário, congresso fundador da II Internacional, foi realizado em Paris, em Julho de 1889. Foi neste congresso que se consagraria o 1.º de Maio como *Dia Mundial do Trabalhador*, em memória dos «mortos de Chicago» de 1886, durante uma violenta repressão policial sobre trabalhadores em greve geral pelas 8 horas de trabalho.

⁶⁷ Clara Zetkin (1898), *Pela libertação da mulher*, in OMC (2007: 113-8).

⁶⁸ August Bebel (1840-1913). Dirigente da social democracia alemã, do movimento operário internacional e da I Internacional. Foi eleito várias vezes deputado ao *Reichstag*. Entre 1890-1900 combateu o reformismo e o revisionismo na social-democracia. Autor de *A Mulher e o Socialismo*, a sua obra teórica mais importante, publicada pela primeira vez em 1879, foi considerada um dos clássicos do marxismo no tratamento da questão das mulheres.

Quatro anos depois, no congresso anual do SPD (1895), Clara Zetkin conseguiu que fosse adoptada uma resolução para que o partido tivesse a iniciativa de exigir a abolição de todas as disposições legais que impediam as mulheres de usufruir dos mesmos direitos políticos dos homens. Nesse mesmo ano, e pela primeira vez, August Bebel apresentou no *Reichstag* uma moção a favor do sufrágio das mulheres (Hackett, 1976; Evans, 1987; Badia, 1993).

No ano seguinte, no Congresso do SPD (Gotha, 1896), Clara Zetkin conseguiu que a questão das mulheres estivesse de novo presente no programa e que fosse adoptada uma resolução exigindo a igualdade de direitos civis e políticos para as mulheres, em particular o direito de reunião e de associação, e também um conjunto de medidas de protecção legal para as trabalhadoras, como a jornada de oito horas, a criação de inspectoras do trabalho, a reivindicação de salário igual para trabalho igual e a igualdade na formação e nas possibilidades profissionais, (Badia, 1993).

De novo, em 1903, no Congresso anual do SPD (Dresden), Clara Zetkin lembrou ao partido a posição de princípio a favor do voto das mulheres e a necessidade duma plena igualdade política dos dois sexos.

A igualdade das mulheres no plano jurídico e político, tal como a luta pelo direito ao voto, passam a ser para Clara Zetkin uma luta em duas frentes. Por um lado, a oposição absoluta ao feminismo liberal, que defendia o direito ao voto das mulheres limitado às mulheres proprietárias – «o sufrágio das senhoras»⁶⁹, e, por outro, contra a corrente revisionista do seu próprio partido, na qual se encontrava Lily Braun, que acolhia os argumentos liberais e defendia a extensão gradual e progressiva do direito ao voto das mulheres (Evans, 1987; Badia, 1993). Na ala esquerda do SPD, onde se encontravam, entre outros, Karl Liebknecht⁷⁰, Rosa Luxemburg⁷¹ e Clara Zetkin, defendia-se que a luta das proletárias pelo sufrágio directo e universal intensificava a luta geral do proletariado pela sua libertação e era imprescindível para a mobilização e educação política das proletárias.

Ao contrário das feministas burguesas, Clara Zetkin não considerava o voto das mulheres como o «objectivo final», porque a concessão do direito ao voto não bastava «para suprimir o antagonismo de classe entre exploradores e explorados»⁷².

Na sua luta, Clara Zetkin sempre acentuou que o aspecto mais importante não era tanto a reivindicação em si, mas a forma de a conseguir, porque a mobilização

⁶⁹ A expressão «sufrágio das senhoras» era utilizada pelas socialistas e pelas feministas da ala radical da BDF (Hackett, 1976).

⁷⁰ Karl Liebknecht (1871-1919). Destacada figura do movimento operário alemão e internacional, um dos dirigentes da social-democracia de esquerda alemã. Foi um dos fundadores do *Partido Comunista da Alemanha*. Foi, com Rosa Luxemburg, brutalmente assassinado, em Janeiro de 1919, por ordem do governo do SPD.

⁷¹ Rosa Luxemburg (1871-1919). Revolucionária de origem polaca, adquire a nacionalidade alemã pelo casamento. Dirigente da ala esquerda da II Internacional e uma das fundadoras do *Partido Comunista da Alemanha* (1918).

⁷² Clara Zetkin (1907), *Relatório sobre o direito ao voto*, discurso proferido no Congresso de Estugarda da II Internacional (1907), in OMC (2007: 165-9).

pelo direito ao voto fortaleceria a formação política das proletárias, como referiu no discurso de apresentação do *Relatório sobre a luta pelo direito ao voto das mulheres*:

O direito ao voto ajuda as mulheres da burguesia a derrubar as barreiras que, sob a forma de privilégios masculinos, limitam as suas possibilidades de acesso à educação e à vida profissional. E arma as mulheres proletárias na luta que levam a cabo contra a exploração e a dominação de classe para conseguirem ser reconhecidas como seres humanos de corpo inteiro⁷³.

O direito ao voto seria o tema central da 1.ª Conferência Internacional de Mulheres Socialistas (1907)⁷⁴ em cuja realização e dinamização o papel de Clara Zetkin foi determinante. A discussão foi intensa e ao contrário do que Clara Zetkin gostaria, o texto da *Resolução*⁷⁵ não foi unânime, como o atesta o resultado da votação: 47 votos a favor e 11 votos contra⁷⁶ (Badia, 1993). Em causa estava o princípio socialista do sufrágio universal, para mulheres e homens, que seria subvertido pela possibilidade, apresentada por algumas delegadas, de recuar no sufrágio das mulheres afim de obter, mais rapidamente, o sufrágio dos homens. Sobre isto Clara Zetkin foi intransigente em defesa dos princípios socialistas⁷⁷:

Não é o carácter e a amplitude das nossas reivindicações em matéria eleitoral que decidirá o resultado da luta mas sim as relações de força entre a classe dos exploradores e a dos explorados. Não é a sábia retenção ou a modéstia das nossas reivindicações que nos irá assegurar a vitória, mas a força do proletariado que as apoia⁷⁸.

Na apresentação das decisões da Conferência, Clara Zetkin sustentou que o mais importante é «exigir, por princípio, que as mulheres tenham direito de voto e insistir, tanto na agitação das massas como no parlamento, sobre o significado desta reivindicação», e também apelou ao conjunto das mulheres socialistas para a necessidade de mobilizar «toda a sua energia» e de serem «o motor de luta do proletariado pelos direitos cívicos do sexo feminino»⁷⁹. Ao dirigir-se ao Congresso da II Internacional, Clara Zetkin apresentou os resultados da Conferência:

⁷³ *Idem*.

⁷⁴ A Conferência foi realizada em Agosto de 1907, em Estugarda (Alemanha) e estiveram presentes 58 delegadas de 15 países. Esta Conferência precedeu o Congresso de Estugarda da II Internacional.

⁷⁵ *Resolução sobre o direito ao voto das mulheres*, in OMC (2007: 171).

⁷⁶ Votaram contra 7 delegadas austríacas, 3 inglesas e 1 suíça.

⁷⁷ Para quem conhece o conteúdo da *Resolução* e do *Relatório sobre o direito ao voto das mulheres*, é difícil entender algumas afirmações sobre as posições de Clara Zetkin neste Congresso, como por exemplo, que na sua condição de «dirigente da Internacional de Mulheres Socialistas, Clara Zetkin manifestou que os sociais democratas deviam lutar pelo direito das mulheres, onde e apenas onde, se debatesse o direito ao voto dos homens» (Bock, 2001: 176).

⁷⁸ Clara Zetkin (1907), *Relatório sobre o direito ao voto das mulheres*, in OMC (2007: 165-9).

⁷⁹ *Idem*.

A Comissão decidiu, por maioria de votos, que qualquer luta pelo direito ao voto deve incluir a reivindicação do voto das mulheres. O direito do proletário, mulher ou homem, só terá a ganhar graças à luta comum. A maioria da Comissão não aprova a concepção segundo a qual, por razões táticas, poderíamos renunciar a incluir o sufrágio feminino numa campanha geral pelo direito ao voto e deixar para mais tarde a conquista deste objectivo⁸⁰.

Durante os trabalhos do Congresso ressurgiu a discussão sobre a tática «oportunista» de retardar a exigência do sufrágio das mulheres para se conseguir o sufrágio dos homens, apresentada por Viktor Adler e Adelheid Popp⁸¹, da delegação austríaca. No relato dos trabalhos do Congresso sobre este assunto, Lenine destaca a actuação de Clara Zetkin na defesa dos princípios socialistas e a adopção da *Resolução* sobre o sufrágio universal:

Só uma inglesa, da semiburguesa Sociedade Fabiana defendeu a possibilidade de uma luta, não para o pleno sufrágio feminino, mas limitada àquelas que possuíssem propriedades. O Congresso rejeitou incondicionalmente esta proposta e declarou-se favorável a que as trabalhadoras fizessem campanha, não em união com as burguesas dos direitos das mulheres, mas em união com os partidos de classe do proletariado. O Congresso reconheceu que, aquando da campanha pelo sufrágio feminino, será necessário manter plenamente os princípios do socialismo e igualdade de direitos para mulheres e homens sem distorcer estes princípios por causa de oportunismos⁸².

Os debates sobre sufrágio universal para as mulheres, e até mesmo sobre o direito ao voto das mulheres, demonstram que as feministas não tinham opiniões unânimes sobre este assunto.

Estas divergências também tiveram eco no nosso país. Em finais de 1910, o debate sobre a reivindicação do voto para as mulheres dividiu as principais sócias da *Associação de Propaganda Feminista*. Ana de Castro Osório «defendeu a reivindicação do voto restrito» e Maria Veleza exigia que o voto deveria abranger «todas as mulheres sem discriminação de qualquer tipo fosse ela económica ou cultural» de modo a incluir a esmagadora maioria das mulheres portuguesas (Esteves, 1998: 23).

Na Alemanha, a maioria das mulheres da BDF não fez campanha pelo voto (Frevert, 1990), milhares opuseram-se a ela (Evans, 1987) e a BDF só tomou uma posição favorável sobre o voto das mulheres, em 1918, facto que levou a *Federação de Mulheres Evangélicas da Alemanha* a sair (Hackett, 1976). As liberais da ala menos conservadora da BDF, defendiam a extensão do voto censitário às mulhe-

⁸⁰ *Idem*.

⁸¹ Viktor Adler (1852-1918), dirigente do partido socialista austríaco; Adelheid Popp (1869-1939), socialista austríaca, dirigente do movimento de mulheres socialistas, jornalista e directora do *Jornal das Operárias* (fundado em 1892) e também colaboradora de *Die Gleichheit*.

⁸² Lenine (1973: 90-1).

res⁸³, sistema que excluía a grande maioria das mulheres alemãs e as poucas, mais radicais, como por exemplo Minna Cauer, contestavam a manutenção dos privilégios das «senhoras proprietárias» e eram favoráveis ao sufrágio directo e universal (Badia, 1993; Thalmann, 2004).

As divergências existentes entre as feministas, e entre os movimentos de mulheres burguesas e proletárias, reflectem que também a luta pelo direito ao voto foi «dominada pelo antagonismo de classe e pela luta de classe»⁸⁴, um antagonismo que decorre dos interesses próprios das mulheres de cada classe social e não da distinção simplista entre um «bom» e um «mau» feminismo (Bard, 1999: 59). A impossibilidade de aliança entre as proletárias e as feministas decorreu da falta de unanimidade «no apoio ao princípio da total igualdade política do sexo feminino, por isso não constituem um grupo homogéneo capaz de lutar energicamente pelo direito ao voto de todas as mulheres»⁸⁵. Na convicção de Clara Zetkin, caso as feministas apoiassem o sufrágio universal não seriam afastadas pelas mulheres proletárias se «se colocassem atrás ou ao seu lado afim de bater em conjunto continuando a marchar separadamente»⁸⁶ e ocorreram campanhas conjuntas com a chamada “ala radical” da BDF, particularmente pelos direitos políticos mas também a favor do acesso à educação e à actividade profissional das mulheres (Frevert, 1990; Badia, 1993).

Se existe facto que celebrizou internacionalmente Clara Zetkin foi sem dúvida a proposta de criação de um Dia Internacional da Mulher, apresentada na segunda Conferência Internacional Socialista das Mulheres⁸⁷ e onde, mais uma vez, foi aprovada uma resolução sobre o direito ao voto para as mulheres:

...o sufrágio universal, atribuído a todas as maiores de idade e que não dependa da propriedade, nem do imposto, nem do grau de cultura, nem de outras condições que excluam os membros da classe operária do gozo deste direito. As mulheres socialistas não conduzem uma luta em aliança com as *suffragettes* burguesas mas ao lado dos partidos socialistas...⁸⁸

⁸³ Após a Revolução de 1848, foi introduzido na Prússia o sistema eleitoral das três classes (*Drei-Klassenwahlrecht*). Os homens com mais de 24 anos eram divididos em três classes, de acordo com o montante de imposto pago, e elegiam, indirectamente, um terço dos seus representantes (*Wahlmänner*). A votação não era proporcional e na prática, a 1.ª classe, minoritária, tinha um peso quinze vezes superior ao da 3.ª classe. Este processo eleitoral confirmava a eleição dos conservadores apoiados pela minoria dos abastados da 1.ª classe e manteve-se até à Revolução Alemã de 1918.

⁸⁴ Clara Zetkin (1907), *Relatório sobre o direito ao voto das mulheres*, in OMC (2007: 165-9).

⁸⁵ *Idem*.

⁸⁶ *Idem*.

⁸⁷ Copenhaga (Dinamarca), em Agosto de 1910. Estiveram presentes 100 delegadas, oriundas de 17 países, que aprovaram resoluções contra a invasão da Finlândia pelas tropas russas, pela manutenção da paz, pela protecção social das crianças e das mulheres trabalhadoras e pelo sufrágio universal das mulheres.

⁸⁸ *Résolutions de la Conférence Internationale des Femmes Socialistes, tenue à Copenhague les 25 et 26 août 1910 et communiquées au Congrès Socialiste International*, [em linha] disponível em <http://library.fes.de> [consultado em 5.02.07].

Contudo a resolução aprovada mais conhecida, proposta por Clara Zetkin, foi a de se organizar em cada ano, em todo o mundo, um Dia Internacional da Mulher, no qual as mulheres se deveriam manifestar pela emancipação das proletárias e pelo sufrágio universal:

Em acordo com as organizações políticas e sindicais do proletariado nos seus respectivos países, as mulheres socialistas de todos os países organizarão todos os anos um dia das mulheres que, em primeiro lugar, será consagrado à propaganda a favor do voto das mulheres (...). Este dia das mulheres deve ter carácter internacional e ser cuidadosamente preparado⁸⁹.

No ano seguinte, em 19 de Março de 1911, o sucesso desta celebração foi considerável e, como relatou Clara Zetkin no *Die Gleichheit*, a maior manifestação do movimento pela emancipação das mulheres, com mais de um milhão de mulheres nas ruas das cidades da Alemanha, Suíça, Áustria e Dinamarca (Badia, 1993). Só em Berlim foram realizadas 41 manifestações e centenas de outras em toda a Alemanha (Evans, 1987).

Na Alemanha, as comemorações de 1912 foram menos concorridas, facto que ocasionou uma tendência de recuo por parte de alguns dirigentes do SPD, mas Clara Zetkin e Luise Zietz conseguiram agendar para o ano seguinte nova comemoração. As manifestações de Março de 1913 e 1914 marcaram ainda mais as exigências do sufrágio universal para as mulheres.

A Grande Guerra serviu para suprimir e reprimir todas as exigências de democratização e também a da reforma da lei eleitoral. Já no período anterior à guerra, as moderadas e conservadoras da BDF mobilizaram «as mulheres para o serviço da guerra imperial e imperialista» (Thalmann, 2004: 242) e a força da «frente interior» da «União Sagrada» irá sobrepor-se à sororidade nacional e internacional (Thébaud, 1995). O apoio incondicional da BDF à política imperial foi também uma forma de estar perfeitamente integrada na vida social e política do Império Alemão e, mais importante, a de serem consultadas pelo governo nas questões da educação e do «bem-estar» social (Evans, 1987).

Clara Zetkin sempre manifestou a sua forte oposição à guerra, apelando às mulheres para que se mobilizassem pela paz. Nas conferências de mulheres e nos congressos da II Internacional, Clara Zetkin recordou as decisões acordadas em 1907, no Congresso de Estugarda da II Internacional, sobre a denúncia da corrida aos armamentos e a propaganda belicista. No Congresso de Copenhaga (1910), conseguiu aprovar uma resolução recordando que «todos os camaradas têm o dever de se lembrar das resoluções contra a guerra votadas no congresso internacional de Estugarda e de zelar pela educação das crianças no sentido da paz»⁹⁰. Com a mesma veemência combateu no seu partido aqueles que se mostraram

⁸⁹ Citado por Gilbert Badia, Prefácio, in *Clara Zetkin* (1980: 44).

⁹⁰ Citado por Badia, 1993: 146.

favoráveis à guerra e ao militarismo e que no parlamento votaram favoravelmente o aumento das despesas militares.

Após a declaração de guerra, Clara Zetkin desdobrou-se em iniciativas, encontros e reuniões, na tentativa de deter um movimento imparável, apesar das restrições à liberdade de imprensa e de reunião e das denúncias que a remetem, a ela e aos seus camaradas da ala esquerda do SPD, a uma situação de semiclandestinidadade. A sua maior revolta foi dirigida à orientação política do seu partido, «a maior parte da social-democracia alemã não constitui hoje um partido proletário, um partido socialista de luta de classe, mas um partido reformista, um partido nacionalista que se entusiasma pelas anexações e conquistas coloniais»⁹¹. Devido ao seu forte empenho, conseguiu organizar, em Berna (Março de 1915), uma conferência internacional de mulheres socialistas dos países beligerantes e fazer aprovar uma resolução de condenação à guerra. O seu apelo às mulheres «Mas vós, mulheres, que conheceis a necessidade e a miséria, por que esperais a fim de manifestar a vossa vontade de paz, a fim de elevar o vosso protesto contra a guerra? Até agora sofreram, no presente é preciso agir»⁹² foi distribuído clandestinamente (100 mil cópias) em toda a Alemanha. Os dirigentes do SPD culpavam-na de ter violado os estatutos do partido e, em Julho de 1915, é presa e acusada de alta traição. Nesse mesmo ano, em Berlim, são as mulheres as primeiras a protestar contra a guerra e contra o custo de vida.

A revolução explode na Alemanha no início de Novembro de 1918. Exige-se a paz imediata, a demissão do rei, a dissolução do *Reishtag* e a instauração de um governo popular. No programa do Conselho dos Comissários do Povo, publicado a 30 de Novembro, é concedido às mulheres o direito de elegerem e de serem eleitas (Badia, 1993; Thébaud, 1995).

Nas eleições de Janeiro de 1919, votaram cerca de 90% de mulheres. Foram eleitas 49 deputadas, 9,6% da Assembleia da República Weimar. Mais de metade das deputadas foram eleitas pelo SPD, três pelo USPD, seis pelo *Partido Católico*, seis pelo DDP, uma pelo *Partido Popular da Alemanha*⁹³, que também incluía os liberais da ala direita, e três pelos nacionalistas conservadores do *Partido Nacional Popular*⁹⁴.

Mais forte que as «exigências» feministas, o sufrágio universal para as mulheres (e também o fim do voto censitário) foi uma forma de aquietar o processo revolucionário, reduzir as tensões sociais e estabelecer uma democracia parlamentar (Evans, 1987) e um dos meios «utilizados pelos liberais e pelos socialistas reformistas para impedir uma revolução proletária» (Thébaud, 1995:77). O direito ao voto foi dado às mulheres «na esperança que as eleitoras ajudassem a assegurar a derrota do Bolchevismo e para transmitir uma imagem progressista e liberal da Alemanha na Conferência de Paz de Paris»⁹⁵.

⁹¹ Citado por Badia, 1993: 150.

⁹² Citado por Badia, 1993: 155.

⁹³ (*Deutsche Volkspartei DVP*).

⁹⁴ (*Deutschnationale Volkspartei, DNVP*).

⁹⁵ Renate Bridenthal e Claudia Koonz, citado por Offen, 2000: 297.

Final, o que parece ter pesado mais no resultado positivo desta luta pelo direito das mulheres ao voto, terá sido, como Clara Zetkin afirmou 11 anos antes, «as relações de força entre a classe dos exploradores e a dos explorados».

O movimento de mulheres proletárias, liderado por Clara Zetkin, conferiu um grande impulso às reivindicações democráticas de igualdade de direitos das mulheres, mesmo os que foram exigidos pelas mulheres burguesas. Como movimento de concepção marxista de classe, as exigências imediatas foram determinadas pelas condições concretas e pelas necessidades das mulheres operárias, salários iguais e melhores salários, medidas de protecção das trabalhadoras, melhores condições de trabalho. A luta pelos direitos políticos das mulheres não foi orientada como uma finalidade em si própria, ou por princípios abstractos de natureza jurídica, mas profundamente associados à questão social, à emancipação social das mulheres.

O movimento alemão de mulheres proletárias deixou importantes legados. Em primeiro lugar, o desenvolvimento de uma organização específica dirigida às mulheres proletárias e aos seus problemas, e em segundo lugar, a clareza de posições ideológicas que orientaram as estratégias de actuação na luta pela igualdade de direitos políticos, sociais e económicos.

A curto prazo, integradas num partido político, as mulheres proletárias lutaram pela igualdade de direitos numa época em que os outros partidos nem sequer admitiam mulheres como membros. A longo prazo, lutaram em conjunto com os homens da sua classe contra o capitalismo e pela vitória do socialismo.

Referências bibliográficas

- Badia, Gilbert (1993), *Clara Zetkin, Féministe sans frontières*, Paris, Les Éditions Ouvrières.
- Bard, Christine (1999), «Les antiféminismes de la première vague», in Christine Bard (org.), *Un siècle d'antiféminisme*, Paris, Fayard, 41-67.
- Bereswill, Mechthild; Wagner, Leonie (1998), «Nationalism and the Women's Question – The Women's Movement and Nation. Orientations of the Bourgeois Women's Movement in Germany during the First World War», *The European Journal of Women's Studies*, vol. 5, 233-247.
- Bock, Gisela (2001), *La Mujer en la Historia de Europa. De la Edad Media a nuestros días*, Barcelona, Editorial Crítica.
- Boxer, Marilyn J. (2007), «Rethinking the Socialist Construction and International Career of the Concept "Bourgeois Feminism"», *The American Historical Review*, [em linha] disponível em <http://www.historycooperative.org/journals/ahr/112.1/boxer.html> [consultado em 5 de Julho de 2007].
- Braker, Regina (1995), «Bertha von Suttner's Spiritual Daughters. The Feminist Pacifism of Anita Augspurg, Linda Gustava Heymann, and Helene Stöcker at the International Congress of Women in Hague, 1915», *Women's Studies International Forum*, vol. 18, n.º 2, 103-111.

- Dollard, Catherine (2004), «Sharpening the Wooden Sword' in Imperial Germany: marital status and education in the work of Helene Lange», *Women's History Review*, vol. 13, n.º 3, pp. 447-466.
- Draper, Hal; Lipow, Anne G. (1976), «Marxist Women versus Bourgeois Feminism», *Socialist Register*, vol. 13, 179-226.
- Esteves, João (1998), *As Origens do Sufragismo Português*, Lisboa, Editorial Bizâncio.
- Evans, Richard (1987), *Comrades and Sisters: Feminism, Socialism and Pacifism in Europe, 1870-1945*, Sussex, Wheatsheaf Books.
- Frevert, Ute (1990), *Women in German History. From bourgeois emancipation to sexual liberation*, Oxford, Berg Publishers.
- Gerhard, Ute (1982), «A Hidden and Complex Heritage: Reflections on the History of Germany's Women's Movements», *Women's Studies International Forum*, vol. 5, n.º 6, 561-567.
- Hackett, Amy (1976), «Feminism and Liberalism in Wilhelmine Germany, 1890-1918», in Berenice A. Carroll (Ed.), *Liberating Women's History*, Chicago, University of Illinois Press, 127-135.
- Honeycutt, Karen (1979), «Socialism and Feminism in Imperial Germany», *Signs, Journal of Women in Culture and Society*, 5, 30-41.
- Kaplan, Telmma (1985), «On the Socialist Origins of International Women's Day», *Feminist Studies*, 11: 1 Spring, 161-171.
- Käppeli, Anne-Marie (1994), «Cenas feministas», in Geneviève Fraisse e Michelle Perrot (Dir.) *História das Mulheres no Ocidente. O Século XIX*, Porto, Edições Afrontamento, 541-579.
- Lénine, V. I. (1973), *Oeuvres*. Paris, Éditions Sociales, Moscou, Éditions du Progrès.
- Nunes, João A. (2004), «Feminismo e comunismo», Clara Zetkin, in *Caderno Vermelho*, 12, Lisboa, Sector Intelectual de Lisboa do PCP.
- Offen, Karen (2000), *European Feminisms, 1700-1950: a political history*, Stanford, CA, Stanford University Press.
- OMC, Organização das Mulheres Comunistas (2007), *Clara Zetkin e a luta das Mulheres. Uma atitude inconformada, um percurso coerente*, Lisboa, Edições «Avante!».
- Perrot, Michelle (1994), «Sair», in Geneviève Fraisse e Michelle Perrot (Dir.), *História das Mulheres no Ocidente. O Século XIX*, Porto, Edições Afrontamento, 503-539.
- Perrot, Michelle (1999), «Préface», in Christine Bard (Org.), *Un siècle d'antiféminisme*, Paris, Fayard, 7-19.
- Quataert, Jean H. (1978), «Unequal Partners in an Uneasy Alliance: Women and the Working Class in Imperial Germany», in Marilyn J. Boxer, Jean H. Quataert (Eds.), *Socialist Women: European Socialist Feminism in the Nineteenth and Early Twentieth Centuries*, New York, Elsevier, 112-40.
- Schöder, Iris and Schüler, Anja (2004), «“In labour alone is happiness” Women's Work, Social Work, and Feminist Reform Endeavors in Wilhelmine Germany – A Transatlantic Perspective», *Journal of Women's History*, vol. 16, n.º 1, 127-147.
- Sowerwine, Charles (1987), «The Socialist Women's Movement from 1850 to 1940», in Renate Bridenthal, Claudia Koonz, Susan Stuard (Eds.), *Becoming Visible. Women in European History*, Boston, Houghton Mifflin Company, 399-426.
- Studer, Brigitte; Thébaud, Françoise (2004), «Entre histoire et mémoire», in Éliane Gubin; Catherine Jacques; Florence Rochefort; Brigitte Studer; Françoise Thébaud; Michelle Zacarini-Fournel (Dir.), *Le siècle des féminismes*, Paris, Les Éditions Ouvrières et Les Éditions de l'Atelier, 27-45.
- Thalman, Rita (2004), «L'épreuve du nazisme», in Éliane Gubin; Catherine Jacques; Flo-

- rence Rochefort; Brigitte Studer; Françoise Thébaud; Michelle Zacarini-Fournel (Dir.), *Le siècle des féminismes*, Paris, Les Éditions Ouvrières et Les Éditions de l'Atelier, 239-251.
- Thébaud, Françoise (1995), «A Grande Guerra. O triunfo da divisão sexual», in Françoise Thébaud (Dir.), *História das Mulheres no Ocidente. O Século XX*, Porto, Edições Afrontamento, 31-93.
- Vaquinhas, Irene (2000), «Senhoras e Mulheres» na Sociedade Portuguesa do Século XIX, Lisboa, Edições Colibri.
- Zetkin, Clara (1980), *Batailles pour les femmes*, Paris, Éditions Sociales.

Isabel Cruz é mestre em Estudos sobre as Mulheres e integra a linha de investigação Mulheres e Cidadania Social do CEMRI, Universidade Aberta.
Contacto electrónico: iscruz@netcabo.pt

Artigo recebido em Julho de 2007 e aceite para publicação em Setembro de 2007.